

Dialéticas da inclusão e da exclusão: lideranças portuguesas de São Paulo e a questão da invisibilidade¹

Eduardo Caetano da Silva

1. Introdução

Desde meados da década de 90, vêm se multiplicando as declarações de autoridades portuguesas e brasileiras acerca da necessidade de se intensificar as relações entre Brasil e Portugal. Como justificativa dessa aproximação são aventadas tanto as possíveis vantagens recíprocas na área político-econômica, que envolve, dentre outras coisas, o papel estratégico que ambos países podem desempenhar nas relações entre Mercosul e União Européia e o alargamento de um mercado de língua portuguesa, quanto a riqueza de um história compartilhada de 500 anos, suposta geradora de fortes laços de afetividade e de afinidades profundas. Como provas dessas afinidades e peças fundamentais para compromissos futuros são evocadas as presenças de migrantes brasileiros em Portugal e de migrantes portugueses no Brasil. Nesse contexto, o governo português tem dado um passo à frente, procurando sempre destacar a atuação que espera de seus emigrantes no Brasil e dos imigrantes brasileiros em Portugal, que poderia ser sintetizada no comprometimento em trabalhar por uma aproximação efetiva. No entanto, de que formas essa aproximação deve ser feita e, afinal, quais são as ligações e afinidades que unem os dois países são questões abertas.

Entre as lideranças associativas portuguesas na cidade de São Paulo, as respostas às políticas aproximativas do governo português têm se revelado de

¹ Este texto faz parte de um artigo mais extenso intitulado *Presenças portuguesas em São Paulo: disputas políticas e reconfigurações identitárias* a ser publicado na coletânea *O Mesmo e o Outro: encenações de idenidades e poder entre Brasil e Portugal* (Editora da UNICAMP), organizado por Bela Feldman-Bianco. Naquele artigo, baseando-me nas construções de semelhança e diferença entre brasileiros e portugueses, além da questão da invisibilidade, discuto outros discursos identitários comuns entre portugueses no Brasil, sendo os principais: "a irmandade", "a luso-brasilidade" e o "ser português na diáspora".

diversas formas. Uma delas pode ser observada nas programações de eventos² que várias das associações de imigrantes, clubes e órgãos oficiais do Estado português têm se empenhado em realizar.

Os objetivos comuns de muitos desses eventos são os de reinventar "laços" entre Brasil e Portugal (representados recorrentemente pela metáfora da irmandade), fomentar a emergência de uma portugalidade publicamente visível na sociedade brasileira e renovar a imagem de Portugal, na tentativa de associar aos seus estereótipos de tradição ou de atraso, dependendo da perspectiva em que se coloca; o discurso da modernidade, algo, senão essencial, pelo menos desejável para um país que busca uma inserção mais significativa no mercado globalizado. Nessa direção, os discursos oficiais reproduzidos por parte das lideranças lusas retomam desde a velha tradição épica do "descobridor herói", reservando à figura histórica do colonizador lusitano, o papel do "civilizador", até a exaltação do imigrante bem sucedido, representado como trabalhador honesto e incansável, cujo destino culminou em merecida ascensão na sociedade brasileira.

Porém, em contrapartida a esses discursos de exaltação, também fazem-se ouvir vozes mais críticas que intentam, revisando a história, pensar o contexto de dominação e violência em que se desenvolveram as relações entre colônia e metrópole e as conseqüências históricas daí advindas, assim como refletir de maneira mais profunda sobre o fenômeno migratório, suas causas e seus atuais desdobramentos, especialmente no que concerne às políticas portuguesas para os seus cidadãos residentes no Brasil.

A despeito das discordâncias, de ambos os lados, ganham força as reivindicações por um maior reconhecimento do Estado português para com seus cidadãos emigrantes (ou, pelo menos para com parte deles), que para trabalhar por uma ainda incógnita aproximação, anseiam ser efetivamente incorporados ao projeto de nação português, o que significaria começar a caminhar em direção à igualdade de direitos entre cidadãos portugueses residentes em Portugal e no exterior.

² Dentre outros eventos, podemos destacar entre 1999 e 2000: rodadas de negócios entre empresários brasileiros e portugueses, participação de empresas portuguesas em feiras comerciais no Brasil (patrocinados pelo ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal e pela Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo); divulgação e intercâmbio cultural, sob os auspícios do Instituto Camões e forte apoio de empresas portuguesas que investem no Brasil (destacadamente o Banco Bandeirantes); organização (ou apoio) por parte das associações de imigrantes de shows, festas e exposições com artistas e grupos folclóricos portugueses (a mais divulgada em 99 foi realizada no SESC- Pompéia com o tema Vira-Brasil, Vira-Portugal); celebrações religiosas conjuntas programadas pelas paróquias que congregam imigrantes portugueses, trazendo religiosos e imagens de Portugal para o Brasil; restauração e reinauguração de monumentos, por exemplo, a estátua de Cabral, no Parque Ibirapuera.

Assim, é em meio a poucos consensos e muitas divergências, que as manifestações políticas das lideranças portuguesas de São Paulo circunscrevem um campo de disputas de poder, cuja característica mais marcante, ao meu ver, é servir de palco para um complexo "jogo identitário", no qual diferentes visões de Portugal e projetos de nação, ora se confrontam, ora se confundem, revelando haver presenças na cidade portuguesas e portuguesas, Portugais e Portugais.

Buscarei aqui localizar as tensões e os interesses, os sentidos e os significados, que estão por trás das diferentes interpretações e reações de lideranças lusas às políticas portuguesa e brasileira, para posteriormente explorar suas correspondências com distintos posicionamentos ideológicos, localizações sociais e trajetórias de vida. Pretendo com isso ficar em melhor posição para a continuidade da pesquisa quanto ao entendimento dos intrincados processos identitários de produção de semelhança e/ou diferença que envolvem as disputas políticas dessas lideranças e que mobilizam os mais variados argumentos (étnicos, nacionalistas, lingüísticos, regionalistas, culturais, de gênero, de classe, de raça, de parentesco, etc.), tanto em âmbito coletivo quanto individual, tanto de forma ponderada quanto inconsciente, no (re)arranjo de experiências históricas ou memórias pessoais e na (re)elaboração e deslocamento dos significados de "ser português no Brasil." (Feldman-Bianco, 2000)

Com esses propósitos, o artigo opta por uma abordagem que, abrangendo a experiência e convivência de sujeitos específicos (portugueses na cidade de São Paulo) em situações determinadas (suas manifestações em resposta às políticas portuguesa e brasileira), não perca de vista suas relações com processos em escala ampliada, os quais caracterizam a atual conjuntura capitalista³.

Sumariando, o artigo se constrói em duas partes.

A primeira toma por ponto de partida uma situação social: as eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas em 1997, com o objetivo de apresentar um breve mapeamento e uma melhor visão dos campos sociais dos portugueses de São Paulo, bem como, as questões que os mobilizam. Aproveita-se, para isso, do fato das eleições terem atraído para a esfera pública, o

³ Tanto aqueles mais gerais (globalização da economia, formação de espaços supranacionais, (re)invenção de nação, políticas de inclusão e/ou exclusão de populações desterritorializadas, inversão de fluxos migratórios, etc.) quanto os relativos às relações Brasil e Portugal (políticas de investimentos cruzados, consolidação de uma comunidade lusófona, (re)construção do espaço colonial português, etc.). A idéia não é a de ajustar o foco de investigação numa eventual dicotomização entre "global" e "local" e, sim, a de atentar para a dialética que envolve as produções culturais localizadas e suas imbricações com esses processos, seja para reforçar ou contestar suas estruturas de dominação.

confronto de diferentes perspectivas, discursos e práticas de lideranças associativas, colocando à mostra antigas e novas contendas políticas, suas ambivalências e contradições que, inseridas num campo de disputas historicamente constituído, reconfiguram-se em torno de novos dilemas.

Em seguida, propõe-se a explorar os discursos e práticas que correspondem à construção da idéia de invisibilidade entre as lideranças de associações portuguesas de São Paulo.

2. As Eleições para o CCP

Em abril de 1997, as lideranças de associações portuguesas de São Paulo estavam mobilizadas em torno das eleições do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP). O CCP foi criado através da Lei nº 48/96, de 4 de Setembro de 1996, com o objetivo expresso de reforçar os "laços" entre Portugal e seus contingentes emigrantes espalhados pelo mundo. Relevados os aspectos sentimentais da proposta, os emigrantes se apresentam como peça chave para a negociação do papel de Portugal na União Européia e, de forma geral, na sua tentativa de melhor inserção econômica no mundo, o que é atestado por estatísticas extra-oficiais que estimam que 30% da economia lusa são movimentados por seus cidadãos que emigraram.

Na verdade, o projeto de uma instância consultiva do governo que desse voz aos emigrantes surgiu pela primeira vez em 1980. À época, o governo português chegou a criar um conselho formado por representantes de suas populações emigrantes, indicados pelas associações migrantes, que nunca funcionou de fato, não conseguindo se renovar e nem desempenhar a função para qual havia sido criado. Porém, já naquele momento, o perfil integrador pretendido para o conselho, visando incluir os emigrantes às políticas nacionais, desvelava as intenções do Estado português em torno de uma nova forma de equacionar o conceito de nação, reelaborando no trinômio povo-cultura-território, o peso e o papel de seu último elemento e passando a divulgar e incentivar a idéia de "onde houver um português, lá estará Portugal". Apostando, portanto, num projeto de nação desterritorializada. (Feldman-Bianco, 1995)

A lei de 1996 define o CCP como um órgão consultivo do governo para assuntos de emigração, possuindo 100 vagas, a serem preenchidas por representantes eleitos em cada país, a cada 4 anos, de acordo com a proporção de emigrantes portugueses neles residentes. O maior número de vagas no conselho (um total de 25) coube ao Brasil, ainda hoje o país que congrega o maior número de portu-

gueses e luso-descendentes, apesar da afluência de migrantes portugueses ao Brasil ser bem pouco expressiva em termos quantitativos há pelo menos três décadas. Os outros países com números significativos de vagas são: França (16), África do Sul (12), Canadá (11) e Estados Unidos (10).

A importância dessas eleições entre as lideranças lusas de São Paulo deveu-se ao fato de que as mudanças na política portuguesa em relação à escolha de representantes (não mais escolhidos pelas associações de imigrantes e sim através de pleito eleitoral aberto a todos os indivíduos que possuísem a nacionalidade portuguesa, tanto para voto, quanto para candidatura) abalaram a relativa estabilidade dos grupos que se mantinham como principais interlocutores do governo português no Brasil. A primeira eleição após essas mudanças aconteceu naquele abril de 1997, criando uma situação na qual interesses diversos e projetos políticos distintos tornaram-se visíveis e se confrontaram, resultando num verdadeiro drama social. (Turner, 1985)

Em parte, as causas que originaram o drama residiam justamente na permanência das instâncias de representação oficial dos imigrantes portugueses em São Paulo, por longo tempo, sob o controle de empresários e profissionais liberais bem sucedidos, comendadores⁴ e líderes associativos, em geral, ligados à Casa de Portugal da cidade. Vale notar, que foram esses senhores, os primeiros a tomar conhecimento da criação e da abertura das eleições do CCP e também os primeiros a se organizar para a disputa, dando origem a uma chapa batizada de "Portugueses do Brasil".

A "Portugueses do Brasil", em material de campanha se apresentava como uma chapa "composta por ilustres e dinâmicos compatriotas de norte a sul do país, que se candidataram para nos representar, o que saberão fazer com muita honra e dedicação." (Revista Naus's - ano 2, no. 19 - março 1997). A seleção de seus membros deu-se primeiramente por critérios econômicos e de status, além de procurar obter uma distribuição territorial ampla, buscando lideranças em várias partes do país. Tal estratégia pode ser apontada como um dos motivos do fracasso da chapa na difícil tarefa de harmonizar interesses internos e criar espaço para que as diversas facções da Casa de Portugal, núcleo da chapa, fossem representadas. O resultado foi que essas fac-

⁴As comendas foram distribuídas em abundância durante a ditadura salazarista aos emigrantes que se destacavam de alguma forma, principalmente dentro de associações. Os critérios utilizados para a concessão dessas comendas são considerados duvidosos por muitos migrantes que acreditam que possuir comendas concedidas durante a ditadura é forte indicativo de adesão àquele regime. A entrega de comendas ainda hoje é utilizada pelo governo português e talvez seja necessário investigar os critérios que baseiam a escolha dos homenageados, já que o título de comendador parece ser objeto de cobiça para muitas lideranças, bem como marca de um status diferenciado para aquelas que já o possuem.

ções, sentindo-se excluídas, resolveram entrar na disputa e então se congregaram em dois focos distintos de oposição, as chapas "Renovação"⁵ e "Jovem"⁶.

Além dessas duas chapas, também se formou na cidade, a chapa "Independentes pela Cidadania". Seus componentes já possuíam uma história de oposição consistente junto às lideranças da Casa de Portugal. Sua composição contou com vários membros da resistência a Salazar, participantes da Revolução dos Cravos e ligados ao Centro Cultural 25 de Abril. No total, seis chapas se formaram no Brasil, sendo quatro delas em São Paulo, que ficou com o seguinte quadro de chapas inscritas: "Portugueses do Brasil"⁷, "Renovação", "Jovem" e "Independentes pela Cidadania".

3. Polarização política: a Casa de Portugal e o Centro Cultural 25 de Abril (CC25A)

Muitas das divergências mais sérias, durante o período de campanha eleitoral, ocorreram entre a "Independentes pela Cidadania" e a "Portugueses do Brasil" e giraram em torno das acusações por parte dos primeiros (e com menor constância também por membros das outras chapas, principalmente da "Renovação"), de que a "Portugueses do Brasil" era essencialmente um agrupamento de salazaristas que, através das benesses adquiridas até 1974 (queda da ditadura em Portugal), mantinham-se no controle de clubes e associações. Em meio às diversas discussões, que se sucediam, essas acusações revelaram, mais de duas décadas após a Revolução dos Cravos, a questão do salazarismo como uma ferida ainda aberta para as lideranças imigrantes.

⁵A "Renovação" formou-se da união dos comendadores de "segundo escalão", denominados assim pelos próprios participantes do pleito em função de ocuparem cargos secundários nas diretorias de associações imigrantes como Casa de Portugal e Portuguesa de Desportos. Adotou uma linha "conservadorista" com referências constantes aos valores da família, da religião e do trabalho do imigrante.

⁶Os integrantes da "Jovem" tinham um histórico de aliança com os membros da "Portugueses do Brasil". No entanto, seus esforços para concorrerem ao CCP foram considerados uma verdadeira afronta, o que gerou uma situação bastante conflituosa entre as duas chapas e trouxe a reboque um problema sério para as lideranças da Casa de Portugal: a continuidade dos projetos de associações lusas marcando presença na sociedade brasileira sem a chegada de contingentes expressivos de imigrantes e, inclusive, com um considerável índice de retorno. A chapa "Jovem" apresentou-se, de certa forma, como uma possibilidade de continuidade. Formada, em sua maioria, por filhos de imigrantes que anos antes, por meio de sugestão e incentivo do presidente da chapa "Portugueses do Brasil", uniram-se e iniciaram um grupo de jovens da Casa de Portugal após a participação numa gincana televisiva. O grupo, que mais tarde veio a se chamar "Movimento Jovem", tornou-se uma importante força disponível para a organização de eventos na associação.

⁷As outras duas chapas formadas no Brasil foram: "BH-MG" e "Comunidades", que não tiveram a mesma importância que as outras chapas na disputa em São Paulo (apesar da chapa "Comunidades" ter se formado como "braço" da chapa "Independentes pela Cidadania" no Rio de Janeiro).

Ainda que atualmente nenhuma liderança se apresente em defesa de Salazar, de regimes ditatoriais ou políticas colonialistas, há aqueles que continuam mantendo em riste a bandeira da Revolução dos Cravos e encontra-se aí uma questão central a perceber. A importância do salazarismo corresponde à sua permanência como um dos eixos que divide as lideranças associativas lusas e luso-brasileiras em São Paulo e essa divisão, em grande medida, está refletida na polarização política que se dá entre duas associações: Casa de Portugal e Centro Cultural 25 de Abril, cujas histórias são indissociáveis da história da ditadura em Portugal.

A Casa de Portugal tem por dirigentes empresários e profissionais liberais portugueses ou de origem portuguesa de tendências políticas diversas. Boa parte dos "comendadores", como são chamados, faz parte da elite econômica brasileira e mantém negócios aqui e em Portugal (Feldman-Bianco, 1999). Além de sua diretoria reunir representantes de várias associações portuguesas de São Paulo, funcionam no prédio da Casa: o Consulado Português de São Paulo, o Instituto Camões (ambos órgãos oficiais do governo português), a Câmara Portuguesa de Comércio, o Conselho das Comunidades Luso-brasileiras do Estado de São Paulo e a Academia Lusfada de Letras e Artes. Desse modo, a Casa de Portugal consegue manter, senão incorporadas, pelo menos orbitando a sua volta, a maioria das associações regionais de São Paulo.

Já o Centro Cultural 25 de Abril foi fundado em 1982 através da reunião de antigos membros da resistência à ditadura salazarista residentes no Brasil. Apesar da relativa abertura na Casa de Portugal, o Centro se formou como continuidade de um grupo de imigrantes políticos que durante duas décadas (1956-1975) manteve em São Paulo a publicação do jornal *Portugal Democrático* e participou ativamente na Revolução dos Cravos, tendo alguns de seus membros, inclusive, feito parte do governo revolucionário instituído em seguida à queda da ditadura (Silva, 2000).

Os flagrantes e suspeitas de adesão ao governo de Salazar, ou aceitação passiva de seu autoritarismo por parte de lideranças da Casa de Portugal constituem argumento recorrente, ainda que algumas vezes de forma subliminar, para o estímulo da acirrada oposição existente entre as duas associações. Com isso, a memória do período salazarista se perpetua, mantendo claras as fronteiras entre as lideranças, organizando divergências e disputas, e fortalecendo a polarização de opiniões em torno da Casa de Portugal e do Centro Cultural 25 de Abril.⁸

⁸ O que não significa desconsiderar as disputas que se desenrolam internamente a elas e que tive oportunidade de acompanhar, por exemplo, dentro da Casa de Portugal, no processo de formação de chapas para concorrer ao CCP.

Porém, olhar para os portugueses de São Paulo através somente dessa polarização, significa deixar de fora a maior parte dos imigrantes da cidade, que em sua maioria não participam de associações. Esses portugueses, no discurso de muitas das lideranças, são classificados como "invisíveis". Nas entrevistas realizadas durante as eleições para o CCP, a alusão à questão da invisibilidade do imigrante português na sociedade brasileira mostrou-se tão recorrente quanto as alusões ao salazarismo, fazendo parte do discurso de quase todos os concorrentes, independentemente da chapa da qual participavam.

4. Invisibilidade

A repetição do argumento da invisibilidade encaminhou as primeiras análises das entrevistas feitas com as lideranças candidatas às vagas do CCP em direção de decifrar o significado de "ser invisível". De modo geral, as referências dos entrevistados acerca da invisibilidade coincidiam nos seguintes pontos: não manter "raízes portuguesas", não "cultivar a nacionalidade", não estabelecer uma identidade lusitana, confundir-se com os brasileiros, não marcar diferença, ser "assimilado"⁹. A noção de invisibilidade, nesses termos, revelou-se um dos mais fortes subsídios para explicar a aparente contradição presente na relação entre a expressão numérica da imigração portuguesa em São Paulo e o seu reduzido destaque social, no contraste com outras comunidades imigrantes¹⁰, possibilitando, para as lideranças, a imaginação de uma comunidade portuguesa cindida entre "visíveis" e "invisíveis".

No período das eleições, a ampla divulgação, feita em diversos meios (rádio, jornais, revistas, etc.), além de informativos do Consulado, atraiu a atenção de muitos imigrantes que não participavam de associações e que, na esperança de um melhor acesso aos seus direitos de cidadania¹¹, dirigiram-se à Casa de Portugal para votar. Na opinião das lideranças, a participação desses imigrantes foi entendida como um reflexo da boa divulgação das eleições, assim como, uma prova do inte-

⁹ Conforme analisado em meu relatório final de iniciação científica Pibic-CNPq, *A diáspora invisível: Imigrantes portugueses em São Paulo*.

¹⁰ Nas entrevistas realizadas durante o período das eleições, várias vezes, foram citados os italianos e japoneses, como comunidades destacadas em relação aos portugueses. A quantidade de imigrantes portugueses residentes no Brasil é avaliada em mais de 1.200.000 pessoas. Só na cidade de São Paulo são 121.000 pessoas com nacionalidade portuguesa. É o maior contingente de imigrantes da cidade, seguido de japoneses e italianos, segundo os dados da Polícia Federal. O contraste desses números com os dados das eleições do CCP dá uma boa dimensão do grau de dispersão dos portugueses no Brasil: foram às urnas no dia 27 de abril 11.045 pessoas. Fonte: Consulado Geral de Portugal em São Paulo.

resse crescente desses imigrantes por seus direitos junto ao Estado português.

Olha eu estou felicíssimo. Felicíssimo porque (...) diziam que o português é acomodado e que não participava. Não participava porque ninguém era convocado. Foi convocado e deu uma demonstração de civismo extraordinária, o povo quer participar. E veio em grande número. Para eles, para o pessoal aí em cima, que são sempre os mesmos, eles nunca querem que o povo participe, querem ficar em grupinhos, é uma reserva de mercado só que desta vez não deu certo para eles, Portugal abriu e o povo realmente aconteceu, e nós estamos realmente felizes, satisfeitos com isso (...) era uma incógnita essa eleição, não tínhamos nem idéias se o povo viria, se a mensagem tinha chegado ou não. Mas realmente, o povo aconteceu, o que prova que o português não é um povo acomodado, o que precisa é ser convocado.

(liderança da chapa Portugueses do Brasil - segundo consta, uma das poucas figuras a expor publicamente sua simpatia pelo regime de Salazar).

No entanto, o entusiasmo inicial foi logo enterrado pelos números oficiais da participação dos portugueses no pleito. De acordo com os dados divulgados pelo Consulado Geral de Portugal em São Paulo na *Revista Naus's* (ano 2 - no. 20 - abril de 1997) dos 110 mil inscritos nos cadernos eleitorais da cidade, votaram apenas 2698.

De fato, muitos desses imigrantes nas filas de votação há anos não pisavam no Consulado e realmente não participavam de nenhuma associação. Entretanto, era possível se ver entre eles, todo tipo de alusão à portugalidade: desde as roupas nas cores da bandeira portuguesa, passando pelos broches e xales usados pelas senhoras mais idosas, até os ostensivos bigodes que valiam mais que mil enunciados. Talvez toda essa visibilidade fosse apenas momentânea, podendo ser interpretada à luz da ocasião. De qualquer modo, esse primeiro contato com os chamados "invisíveis" colocou a categorização imediatamente em xeque.

Numa segunda oportunidade, realizando entrevistas que focalizavam as histórias de vida desses personagens, foi possível constatar que independentemente da participação ou não em associações, havia também entre eles, um dinâmico processo de reconfigurações de identidades (nacional e/ou regional) portuguesas¹² que, entrecortado por ambivalências, ficava denunciado, por exemplo, na repeti-

¹¹ Quando indagados sobre o motivo de estarem votando, a maioria dos entrevistados citava a necessidade de melhoria do atendimento consular (também influenciados pela campanha da "Portugueses do Brasil") e apontavam suas dificuldades em casos específicos como obtenção de dupla cidadania para filhos, passaporte e previdência social.

ção de fórmulas de auto-representação, como: "sou português com alma de brasileiro", "meu coração é dividido", etc. Sobre serem considerados invisíveis, mostraram-se, em sua maioria, surpresos com a pecha que lhes era imputada.

Avançando na análise dessas histórias de vida, é possível concluir que uma das singularidades marcantes na condição do invisível reside, não na idéia de assimilação patente no discurso das lideranças, mas no fato dos seus processos de identificação seguirem à margem de uma esfera pública, não adquirindo com isso uma conotação política definida. Isto, por sua vez, apontaria para dimensões menos coletivistas da categoria identidade, ligada mais a memórias e trajetórias de vida e menos a processos políticos como é o caso das lideranças associativas.

Desse ponto de vista, fica salientada a distância que separa os imigrantes que participam de associações e manifestam publicamente uma identidade portuguesa e aqueles que, afastados por diversos motivos dessas associações¹³, ritualizam seus "laços" com Portugal preponderantemente em ambiente privado, sendo suas manifestações públicas mais dispersas e menos politizadas¹⁴. Pode-se citar como exemplos desse tipo de ritualização, além de todos os sinais observados nas filas de votação do Consulado, a manutenção das especificidades da língua (sotaque, etc.), tradições culinárias, costumes domésticos, religiosidade, reminiscências do folclore regional, escolha de time de futebol, comunicação com familiares, respeito a datas comemorativas nacionais, acompanhamento de notícias sobre Portugal (em rádio, TV ou imprensa escrita), etc..¹⁵

Ainda em busca de compreender os diferentes significados do discurso da invisibilidade, creio ser necessário observar como as lideranças, a partir de localizações políticas específicas, acabam por se impor (ou por serem impostas) como representantes "legítimas" da cultura portuguesa no Brasil. Nesse sentido, o argumento da invisibilidade ganharia maior legibilidade à luz, tanto das políticas de inclusão e exclusão do Estado português, no que se refere às suas populações desterritorializadas, quanto das políticas assimilacionistas ou segregadoras do Estado brasileiro em relação aos seus contingentes imigrantes (Feldman-Bianco, 1995; Seyferth, 1995).

¹² Aliás, nas entrevistas (Pibic-CNPq / 1997-1998), muitas vezes o regionalismo se sobrepunha ao nacionalismo nas identificações dos imigrantes portugueses. Parecendo importar tanto quanto ser português, ser dessa ou daquela região, aldeia, vila, etc..

¹³ O que por si só, já constituiria um objeto de investigação.

¹⁴ Sobre manifestações públicas e privadas de etnicidade, ver Vieira, 1991.

¹⁵ O papel da mídia na atualização dos imaginários de nação dos imigrantes portugueses, ainda está por ser melhor dimensionado. A audiência de programas de rádio e TV voltados para os imigrantes é indicativa do forte apelo e potencial que possuem.

Por extensão, pode-se apreender a dialética que envolve os discursos hegemônicos do Estado português e brasileiro, e as produções culturais de semelhança e diferença para mobilizações políticas de cunho étnico ou para reconfigurações de identidade na esfera individual do "eu" ou da pessoa.

Acredito que o discurso da invisibilidade, antes de tudo, deve ser interpretado como uma crítica por parte das lideranças associativas a não mobilização dos portugueses como étnicos. É revelador desse sentido o trecho de um anúncio da Casa de Portugal publicado na *Revista Naus's*, ano 2 - no. 20 - abril de 1997:

*Casa de Portugal: aberta a todas as raças
Se é português ou descendente e ainda não é sócio, deixe de ser omissivo, honre suas raízes, vamos lá, telefone para (...) Venha, um pedaço de Portugal está aqui, entre e fique à vontade, a casa é sua. (grifos meus)*

Não caberia aqui uma discussão extensa sobre esses argumentos, mas, talvez seja importante notar, por um lado, que o uso da língua comum evocado pelas lideranças para explicar a facilidade em se tornar igual aos brasileiros, é apresentado por diversos autores (destacadamente Feldman-Bianco; 2000 e Capinha; 1997), justamente como o sinal diacrítico por excelência, o local onde a diferença se recria e se mantém. Por outro, a mítica propensão à mistura atribuída ao português¹⁶ tem sido alvo, há décadas, da refutação de cientistas sociais e historiadores - dos mais contestadores aos mais revisionistas, que procuram descartar abordagens essencialistas, demonstrando como tal idéia compõe um conjunto de discursos e estratégias correspondentes, em momentos diferenciados, aos projetos políticos nacionais de Brasil e Portugal¹⁷.

A propósito, se se toma a invisibilidade como uma crítica, deve-se indagar a quem ela se dirige. Comumente, durante as eleições para o CCP, a invisibilidade aparecia como uma característica dos imigrantes afastados das associações, coincidindo com os imigrantes que em sua maioria não tinham uma trajetória de sucesso para contar¹⁸. Nesse sentido, a invisibilidade é tida tanto como uma diluição natural

¹⁶Justamente essa plasticidade foi tomada por muitos pensadores da sociedade brasileira como uma herança portuguesa mantida em nosso caráter nacional. Podemos citar, nesse sentido, Gilberto Freyre (democracia racial) e Sérgio Buarque de Holanda (homem cordial).

¹⁷Sobre a política da mestiçagem num viés comparativo Brasil-Portugal, vide Mesa redonda "Lusotropicalismo: balanços e perspectivas em diálogos cruzados", 21ª Reunião da ABA-1998, coordenação: Bela Feldman-Bianco (CEMI - UNICAMP) e Miguel Vale de Almeida (ISCTE, Lisboa), contando com as participações também de Giralda Seyferth (UFRJ) e Encida Leal Cunha (CEMI - UFBA) e como debatedor Gilberto Velho (UFRJ).

favorecida pela plasticidade do português e sua semelhança com o brasileiro, quanto uma estratégia de sobrevivência. Para alguns, deixar de ser diferente seria uma forma de evitar o preconceito e ter acesso aos mesmos direitos de um cidadão não imigrante.

Os argumentos acerca da invisibilidade oscilavam, portanto, entre uma estratégia de sobrevivência e uma característica inata do português, reforçada no Brasil, dentre outros motivos, pela facilidade da língua. Essas nuances ficavam expostas nas falas das lideranças de diferentes chapas:

De qualquer maneira, admitindo que somos 600 mil, uma das características da comunidade portuguesa é que ela é invisível porque ela se dilui facilmente, porque fala a mesma língua que o brasileiro (...) o fato de deixar de ser português até pode ser importante para lhe facilitar a vida, não é? Ele se desaparece, não é? E com isso nossa comunidade até é menos afirmativa, não é só menos afirmativa, pela sua própria existência como tal, como a comunidade portuguesa, porque tem a mesma língua que o brasileiro e, portanto, não se destaca tanto, além do sotaque, vamos dizer assim. Mas contrariamente, é o que acontece com as outras colônias, como a alemã, a francesa, a espanhola, a japonesa, que se afirmam pela própria condição de nacionalidade. Então, a comunidade portuguesa, ela tem características que a levam a dissolver-se, uma boa parte, na sociedade brasileira. Desaparecem. São os tais invisíveis, não é?

Pelas facilidades de língua, o português se dilui. Por estratégias de sobrevivência mesmo e de igualdade juntamente aos brasileiros e esquece, ele mesmo, que é um português. A maior parte dos portugueses não se informa sobre o que acontece com seu país, pois se torna antes um brasileiro". *(Entrevista realizada por Célia Harumi Seki e Douglas Mansur da Silva com liderança da chapa "Independentes pela Cidadania" - Acervo Linha Nação e Diáspora - CEMI -UNICAMP).*

A comunidade japonesa, sabe, até bisneto de japonês eles conseguem preservar e a gente não. Bastou ser filho de português, bastou ser português e estar aqui há mais de 30 anos que já virou brasileiro. Isso não tá certo. (...) A diferença que existe no Brasil é uma coisa muito simples, é a língua. Nós falamos a mesma língua. Na medida em que o português chega aqui, ele se integra, ele passa a ser brasileiro, ele passa a viver a cultura brasileira, ele passa a ser confundido com brasileiro pela facili-

¹⁸ Em alguns poucos depoimentos, pude observar um sentido marginal da idéia de invisibilidade como uma característica atribuída justamente aos imigrantes bem sucedidos que, ao se incorporarem à elite econômica brasileira, deliberadamente, haviam deixado de lado suas raízes.

dade da língua. O português nos Estados Unidos, a comunidade portuguesa nos Estados Unidos é muito mais forte. Por quê? Porque existe a dificuldade da língua e quando ele quer falar português, ele tem que ir numa casa regional, ele tem que encontrar seus compatriotas para falar português. Aqui não, a gente fala português com quem quiser. Você olha para mim e diz: você é portuguesa?

(Entrevista realizada por Marivaldo Parma e Juliana Capretz com liderança da chapa Jovens - Acervo Linha Nação e Diáspora - CEMI-UNICAMP)

Todavia, a *invisibilidade* colocada nesses termos revela-se argumento insustentável, na medida em que os considerados invisíveis não se consideram como tais e "enxergam-se" uns aos outros. A favor disso, posso citar, por exemplo, a tendência explícita de se casarem entre si.

Uma outra faceta do discurso do imigrante invisível, no entanto, pode se afastar da crítica à "tendência de mistura" e se ligar mais à uma concepção comum às lideranças a respeito do que importa ser visto, tal concepção fica bem resumida na opinião de um dos membros da chapa "Renovação" que em seu livro sobre a história da Casa de Portugal afirma:

A história da humanidade é, grosso modo, a história dos seus grandes vultos, dos homens que, na vida real, foram os líderes dos outros homens, provocando o fato histórico e comandando o processo. (Verdasca, 1993: 17).

Os homens aqui citados, com toda certeza, jamais seriam julgados invisíveis pelas lideranças. Nessa direção, como já foi discutido, a invisibilidade seria antes uma impossibilidade das lideranças enxergarem, ou mesmo uma opção por não ver. Vale salientar que o discurso da invisibilidade se coloca entre as lideranças justamente num momento em que o Estado português apresenta projetos, ainda que tímidos como o CCP, para incluir seus emigrantes em um projeto de nação. Contudo, se observadas as políticas econômico-culturais que se atrelam aos atuais investimentos portugueses no Brasil, percebe-se que talvez a inclusão não seja o principal fator a ser considerado e sim a afirmação de uma *presença portuguesa* no Brasil. Com isso o discurso da invisibilidade se torna mais legível como peça do atual momento das relações Brasil-Portugal.

De fato, é no sentido dado a esse anseio em fortalecer uma presença portuguesa no Brasil, que os dilemas em que se movem os imigrantes de São Paulo encontra seu nó górdio. Fica às claras a indefinição política das lideranças entre uma *afirmação de identidade e diferença* que corresponderia aos desejos de se aproximarem do

Estado português e uma necessidade imposta por esse próprio Estado de se tornarem a ponta de lança numa política de intercâmbio e aproximação progressiva, cuja estratégia se traduz em *afirmar semelhanças* e laços em comum.

Tais oscilações reproduzem amplamente as ambigüidades da política do Estado português em relação aos seus emigrantes e imigrantes. Os pronunciamentos do presidente Jorge Sampaio por ocasião de sua posse e de sua visita oficial ao Brasil em 1997, a meu ver, condensam essas ambigüidades:

O Brasil e Portugal albergam em seu seio importantes comunidades portuguesas e brasileiras que constituem, em si mesmas, um dos elementos fundamentais da constante relação entre os dois povos. É, por isso, tão importante que uma visão de futuro aponte no sentido do aperfeiçoamento constante das condições com que essas comunidades se integram nos países de acolhimento, para que aí possam usufruir dos direitos que mais plenamente exprimam o desejo de uma plena integração. Este não será, naturalmente, um caminho isento de dificuldades, que, aqui e ali, pontuarão o percurso, como sempre acontece na evolução do Direito. Mas o que importa é que a direção em que se caminha é clara e, por reafirmação da vontade política dos dois Estados, constantes os esforços para aprofundar os direitos que crescentemente se querem ver consagrados.

Discurso de Jorge Sampaio - em banquete oferecido pelo presidente da República federativa do Brasil (visita de Estado ao Brasil - Palácio do Itamaraty, Brasília - 05-09-1997) - pág. 606 - Portugueses, vol. II - Imprensa Nacional Casa da Moeda - Julho de 1998)

Como pode se ver, desse ângulo, prevalece uma disposição prática de favorecimento à integração dos emigrantes portugueses às sociedades de acolhimento. Porém, tal ordem de declaração envolve complexidades nem sempre explícitas. Afinal, falar da integração de migrantes em seus países de acolhimento não encerra apenas a situação de portugueses no Brasil ou alhures, mas reporta de imediato à situação dos imigrantes brasileiros (e outros) em Portugal, onde essas declarações adquirem uma conotação nova. (cf. artigos de Feldman-Bianco, Santos e Machado nesta mesma coletânea).

O outro ponto de fuga dos discursos de Jorge Sampaio se apoia em recados de tom quase sentimental ao reforço da identidade nas comunidades emigrantes e no próprio território luso. Nesse viés, o apelo fundamental é pela manutenção de ligações com a terra de origem, sua cultura e seus projetos. Essa posição pode ser considerada a tônica dos pronunciamentos de Sampaio no período de seu primeiro mandato como presidente da República e que já se

anunciava desde seu discurso de posse em 1996.

Nem todos tem a mesma ligação a Portugal. Uns ainda vivem de perto a evolução do seu país e contactam com maior freqüência família e amigos. Outros, como é natural, sentem-se já mais envolvidos na vida deste país onde constituíram há muito suas famílias.

Qualquer que seja a proximidade da ligação que têm com Portugal, não serei eu que vos discriminarei. Para mim são todos iguais na sua ligação com a Nação a que pertencem. Para mim, todos fazem falta à manutenção e consolidação do sentimento nacional. O Brasil é, aliás, um país onde é fácil a vossa integração. A barreira da língua não existe. É grande a comunidade que pode dar apoio aqueles que aqui chegam pela primeira vez e ampla a legislação que permite a integração na sociedade brasileira.

(...) Mas do mesmo modo que, um pouco por todo o lado, se aprofundam os elementos de integração nos países que escolheram para viver, as Comunidades encontram sempre da parte de Portugal a vontade de reforçar os elementos de ligação permanente à vida do nosso país.

Almoço oferecido pela comunidade portuguesa em Brasília - setembro de 1997 - visita de Estado ao Brasil (615-618)

Essa postura não se arrefeceu e inclusive parece vir se reforçando com o tempo. Ao menos, é o que sugerem suas recentes declarações na campanha à reeleição, na qual defendeu a necessidade de um "novo patriotismo" que resumiu como "a força do passado a empurrar o presente para o futuro". (*Voz de Portugal*, RJ, 04 a 10 de janeiro de 2001 - Primeiro Caderno - pág. 2 - Jorge Sampaio e o novo Patriotismo). Também esse posicionamento "patriótico" já se afigurava desde a primeira posse de Sampaio:

Quero reafirmar, com emoção, o orgulho que sinto em ser português e o meu amor a Portugal que quero servir com todas as minhas capacidades honrando o mandato que recebi dos Portugueses. (...).

É ao reforço de nossa identidade que vamos buscar a energia e a confiança para partirmos desassombadamente para a aventura do futuro.

(Epígrafes ao cap. I - Portugal - sessão solene de posse de presidente da República - Assembléia da República - 09-03-1996)

Os ecos dessas declarações parecem óbvios no teatro político associativo paulistano, no qual compõem o roteiro às disputas das lideranças migrantes. Diante do exposto, finalizo cedendo à tentação de indagar se não seriam, afinal, essas próprias lideranças, *invisíveis* de fato, pois, a despeito da auto-classificação,

não têm liderados e continuam distantes dos sujeitos que, sob a orientação das atuais políticas portuguesas, deveriam representar e arrebanhar.

Bibliografia

- AGUIAR, Manuela. *Política de emigração e comunidades portuguesas*. Série Migrações (Política - Relações Internacionais). Porto: Centro de Estudos - Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, 1986.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*, Ática, 1989.
- BARTH, F. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*, Boston: Little Brown & CO, 1969
- CAETANO DA SILVA, Eduardo. *A diáspora invisível: imigrantes portugueses em São Paulo*, 1998 (mimeo).
- CAPINHA, Graça "Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos emigrantes portugueses no Brasil, volume temático Identidades" (org. Feldman-Bianco, B e Capinha, G), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no.48, Coimbra, Portugal, 1997
- CUNHA, Eneida L. As comemorações dos descobrimentos: figurações e reconfigurações de Estados Nacionais. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, Lisboa, no. 19 (set/out), 1998.
- CUNHA, M. C. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FELDMAN-BIANCO, Bela "Múltiplas camadas de tempo e espaço. (Re)construções da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no 38, Dez/1993 (193-223).
- _____. The State, saudade and the dialectics of deterritorialization and reterritorialization. *Oficina do CES*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1995.
- _____. Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal: antigas ambivalências ou re construções de identidade. Relatório de Pesquisa, CES/IICT - Portugal, julho, 1999.
- _____. *Entre a fortaleza da Europa e os "laços de afetividade" da "irmandade luso-brasileira": um drama familiar em um só ato*, 2000 (mimeo).
- FOX, Richard G. *Introduction in nationalist ideologies and the production of national cultures*, American Ethnological Society Monograph Series, vol. 2, 1989
- HALL, Stuart A identidade cultural e diáspora, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 24, 1996.
- HOBBSBAWM, E. "Introdução" in *A invenção das tradições*, Paz e Terra, 1987
- _____. La política de la identidad y la izquierda, *Nexos*, no. 224, agosto, 1996
- RIBEIRO, Gladys S. Identidade Nacional e conflitos raciais: 1820-1834 in *Projeto integrado: identidades: reconfigurações de cultura e política. Estudos de migrações transnacionais de população, signos e capitais*. Aprovado pelo PRONEX. Campinas: Unicamp. 1996.
- SAMPAIO, J. *Portugueses*, vol. I e II - Imprensa Nacional Casa da Moeda - Julho de 1998
- SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira, in *Pela*

- mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- SEKI, Célia Harumi. *Diáspora invisível?* Vídeo etnográfico, 20 min, Monografia de Graduação. Campinas: Unicamp, 1999.
- SILVA, D. M. *Visões de Portugal: Identidade nacional, diáspora e estratégia de cidadania (uma etno-história de um grupo de imigrantes portugueses)*, 1998 (mimeo).
- _____. *A ética da resistência: os exilados antisalazaristas do Portugal Democrático (1956-1975)*, 2000 (mimeo).
- TURNER, Victor W. *O Processo ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- _____. *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*, London: Cornell University / Ithaca, 1985.
- VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado in FELDMAN-BIANCO. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, São Paulo: Global, 1987.
- VERDASCA, José. *A Casa de Portugal e a comunidade*, São Paulo, 1993.
- VIDAL, F. P. Biografia de uma instituição luso-brasileira in *80 anos Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo (1912-1992)*, São Paulo, 1992.
- VIEIRA, N. *Brasil e Portugal: A Imagem Recíproca*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério de Educação, Lisboa, Portugal, 1991.

Resumo

O trabalho procura elaborar um panorama das tensões e dos interesses, dos sentidos e dos significados, que estão por trás de diferentes interpretações e reações de lideranças associativas lusas de São Paulo às políticas de inclusão/exclusão do Estado português baseadas num projeto de nação desterritorializada. Visando explorar o âmbito macropolítico e transnacional em que se insere esse projeto e suas conexões com o universo micropolítico das disputas entre associações na cidade de São Paulo, o texto toma por eixo a questão da invisibilidade dos imigrantes portugueses na sociedade brasileira no discurso das lideranças associativas.

Palavras-chave: Migração portuguesa, políticas migratórias, políticas associativas, Estado-nação, identidades

Abstract

The article presents a panorama about tensions and interests, meanings and significations, which are behind of distincts interpretations and reactions from lusa associative leaderships of São Paulo to the inclusion/exclusion policies by portuguese State based in a deterritorialization nation project. To aim to exploring the macropolitic and transnational ambit of this project as well as its conexions of micropolitic universe disputes among associations by São Paulo city, the text takes as an analitic axis the question about the invisibility by portuguese immigrants on the associative leaderships discourse.

Key-words: portuguese migration, migration policies, associative policies, Nation-State, identities.